

tras pequenas cidades que são, realmente, o centro produtor e que escoam sua produção por Anápolis, fazendo com que fique mais demorado e oneroso o abastecimento de Brasília. V. Exa. tem toda a razão e poderá contar comigo como um modesto soldado no combate que V. Exa., como General, há de enfrentar para a construção dessas rodovias de acesso à zona produtora de Goiás no abastecimento da cidade de Brasília.

Sr. Presidente, nestas nossas considerações, quando estamos discutindo e votando o Plano Diretor Regional de Brasília, queremos fazer apêlo àqueles nossos colegas demasiadamente apegados ao Rio de Janeiro e que pensam apenas em seus interesses particulares naquela cidade e se esquecem do interesse do País, no sentido de que, já que eles não querem deixar os seus empreendimentos comerciais e industriais quando assumiram o mandato, que, pelo menos, empreguem um pouco de suas economias em Brasília; que invertam em indústrias nas proximidades de Brasília, no comércio, aqui, em Brasília, e, assim poderão eles acompanhar melhor — porque é disso, realmente, de que se queixam — os seus negócios comerciais e industriais e prestigiar mais a cidade de Brasília, além de exercer melhor os mandados para os quais eles foram enviados. Sr. Presidente, quando assumi o mandato escrevi cartas para todos os meus eleitores, dizendo-lhes que me haviam elegido para morar e representá-los em Brasília, e, portanto, iria morar na nova Capital e daria atenção, por correspondência e visitas bi-mensais, ao meu Estado, por dois dias, sem prejuízo do meu comparecimento às sessões. E é isso o que tenho feito; e, até agora, não tenho tido reclamações por parte dos meus eleitores, por ter com eles apenas contacto epistolar e rádio e bi-mensais, nos sábados e domingos. Ora, assim deveriam fazer todos. A verdade é que grande parte desses Deputados, o

que querem com o Congresso no Rio é divertir-se nas "boites" de Copacabana!

Sr. Presidente, Brasília tem condições de vida; alguns de nós é que não procuramos adaptar-nos à vida normal e maravilhosa desta Capital. (*Muito bem. Muito bem. Palmas*).

*Durante o discurso do Sr. Daso Coimbra, o Sr. Gabriel Hermes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente.*

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Antônio Brisolin.

O SR. ANTÔNIO BRISOLIN — Sr. Presidente e Srs. Deputados, vem à discussão importante projeto número 1.042-A, de 1963, que trata da elaboração de um Plano Diretor Regional, ao qual ficará subordinada a utilização das áreas que constituem o Distrito Federal e dá outras providências, tendo parecer favorável da Comissão do Distrito Federal.

E' este, sem dúvida, um projeto de mais alta importância. Bastaria, para isso, atentar para muitas das cidades brasileiras, a maneira desordenada como se desenvolveram e os tremendos problemas que são criados agora devido à falta de plano diretor. Não precisaríamos ir longe; bastaria olharmos para as principais cidades do Brasil — Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre — cidades importantíssimas e que hoje lutam com tremendos problemas de toda a ordem, e isso por falta de um plano diretor. Por isso, essa iniciativa, em tão boa hora tomada em favor de um plano diretor, é do mais alto interesse, principalmente se atentarmos para a maneira como vêm sendo desenvolvidas as cidades satélites de Brasília, como por exemplo: Taguatinga, Sobradinho, Cidade Livre e outras, do Distrito Federal, que todos conhecemos muito bem. Por isso, compreendemos o alcance desta oportuna e louvável

vel iniciativa e aqui estamos, não apenas para dar o nosso decidido apoio, mas, sobretudo, trazer o nosso caloroso aplauso aos seus autores. Quando se debate este importante assunto, não é demais salientar, também, a necessidade urgente de olharmos para outro aspecto do desenvolvimento da nova Capital do Brasil. Ainda há poucos dias, tive oportunidade de apresentar, nesta Casa, requerimento dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que fizesse o levantamento de todas as mansões existentes no Distrito Federal, quais as que estão sendo pagas e quais as que foram apenas requeridas, sem que os interessados tenham pago, sequer, a primeira prestação. A iniciativa encontrou o maior interesse, inclusive dentro desta Casa. Conversando com eminentes colegas, diariamente percebo seu interesse em adquirir sua mansão perto da cidade de Brasília, em construir uma casa para passar o fim-de-semana, arborizar os terrenos e contribuir ao mesmo tempo com seu exemplo para que possa ser feita alguma coisa de objetivo em torno da Capital. Segunda-feira última, por exemplo, tive oportunidade de visitar uma mansão cujo plantio foi iniciado há pouco mais de um ano, mansão de propriedade de nosso eminente colega Deputado Rondon Pacheco. Confesso que fiquei profundamente impressionado com a uberidade do solo, com o desenvolvimento das árvores. Domingo último estive em uma propriedade do Governo Federal, em Planaltina. Lá também fiquei surpreendido com a frondosidade das mangueiras, com a uberidade do solo. Tive oportunidade de ver com meus próprios olhos a plantação de arroz, a exemplo do que se faz no Rio Grande do Sul, e o tipo de irrigação, usado na quase totalidade dessa cultura em Goiás. E' preciso se diga que essa plantação experimental está sendo feita em terras de cerrado, sem o mínimo adubo. O arroz produzido está lá para ver-se. E' um arroz magnífico. O mais

importante é que quase toda a região de Brasília é plana, havendo muita facilidade de irrigação simplesmente por gravidade, sem usar aqueles processos dispendiosíssimos usados no Rio Grande do Sul e em quase todas as regiões rizícolas de meu Estado. Estes, alguns aspectos que devem ser focalizados neste momento para conhecimento de muitos dos que não acreditam em Brasília, porque são elementos, como disse um colega, que apenas conhecem três coisas aqui: o Hotel Nacional, o Palácio do Congresso e o Aeroporto de Brasília. Aquêles que se derem ao trabalho de andar em torno de cidade de Brasília hão de verificar aquilo que pode ser feito aqui e passarão desde logo a pensar diferente. Enquanto visitava aquela fazenda, o Dr. Pífero, gaúcho, mas grande brasileiro, dizia o seguinte: — “A terra do cerrado é um tijolo, mas tirado esse tijolo a terra é fertilíssima, tem grande facilidade de absorção da chuva”. Tive o ensejo de verificar isso aqui, não apenas durante as grandes chuvaradas mas, inclusive, na modesta chácara que tenho nas proximidades de Brasília.

O Sr. Mário Covas — Deputado Antônio Brisolin, V. Exa. discute projeto que cria o Plano Diretor Regional para Brasília, suas cidades satélites, inclusive a zona rural. Fui relator deste projeto na Comissão do Distrito Federal. Realmente pude avaliar a importância do mesmo para a vida não só presente como sobretudo, para o futuro do Distrito Federal, para seu desenvolvimento, para o equacionamento de seus problemas não só urbanos como rurais. Do ponto de vista de seu planejamento, essa solução equacionaria devidamente o problema. Há certos problemas de ordem econômica, sobretudo em Brasília, que mereciam de parte do Executivo uma intervenção pronta. Não é possível que o Distrito Federal possa sobreviver nos termos em que está colocado. Deve ser extremamente constrangedora

a situação do mandatário do Distrito Federal. Veja V. Exa., fui relator do Orçamento, na parte da Secretaria de Administração da Prefeitura do Distrito Federal e sabe V. Exa. que a despesa prevista para Brasília é de 48 bilhões de cruzeiros. Há uma contraposição da receita de apenas 1 bilhão e 200 milhões ou seja, Brasília depende da União em 97 por cento do total de seus recursos. Não é possível que um Distrito Federal possa organizar-se administrativamente, possa ter condições Políticas próprias, possa encontrar sua própria vida, seu destino administrativo e político com uma situação tão anormal do ponto de vista econômico-financeiro. O projeto recentemente aprovado nesta Casa criando o Plano Nacional de Habitação parece abrir perspectivas amplamente favoráveis neste sentido. Pelo menos a venda dos apartamentos de Brasília propiciará à Prefeitura arrecadação direta do imposto predial. Acredito que com isto a receita municipal possa evoluir normalmente nos termos em que ocorre em todos os municípios e que finalmente o Distrito Federal possa engrenar dentro de uma vida administrativa com características próprias e auto-propulsora. Até lá, Brasília continuará com o seu Prefeito como um constante pedinte às portas do Executivo Federal, sem nenhuma condição para fixar rumos próprios e atividades próprias para o Distrito Federal. Quer-me parecer que de momento esta seria a medida que, na fase executiva, viria completar esta outra que, na fase, digamos assim, intelectual, deixa perfeitamente equacionado o problema de Brasília. Este projeto conceitua, define e permite o planejamento. A fase executiva deveria envolver sobretudo medidas que dessem a Brasília uma liberdade e uma autonomia próprias.

O SR. ANTÔNIO BRISOLIN —  
Agradeço o brilhante aparte do eminente colega que incorporo com imensa satisfação ao meu modesto

discurso, Sr. Presidente, com relação à fazenda que visitei domingo, quase todo o serviço está sendo executado com os recursos extraídos da própria fazenda. O Governo Federal e a Prefeitura de Brasília estão ausentes daquilo que lá está sendo realizado. É uma obra importantíssima. Teria, inclusive, o alto objetivo de fazer com que a maioria dos fazendeiros adquirissem nova mentalidade, mais consentânea com os superiores interesses da Nação e na defesa dos seus próprios interesses, para que, amanhã ou depois, se vier, como esperamos, a reforma agrária, aquelas terras que produzirem de acordo com aquilo que prevê a Constituição da República serão respeitadas, o que não acontecerá com aquelas outras que estão servindo a especulação. Tomei ainda, exatamente com o objetivo aqui preconizado pelo eminente colega que me aparteu, a iniciativa de sugerir ao Prefeito de Brasília a feitura de um levantamento das mansões e terrenos vendidos no Distrito Federal, muitos dos quais não foram pagos até hoje. O Prefeito poderia rescindir todos os contratos, reavaliar esses lotes, atualizando o seu preço, e revendê-los, já que não faltarão compradores. Com esse dinheiro poderia executar obras fundamentais em Brasília, em benefício de todos os brasilienses e do plano diretor que, consubstanciado na lei que está sendo discutida, abrirá as portas para obter recursos para Brasília. Se for executado o plano diretor da cidade e das cidades satélites, o Prefeito poderá dispor de muitos terrenos para vender. Em Taguatinga, por exemplo, os lotes estão sendo vendidos por preço escorchantes. O pior, que, a rigor, os terrenos não são vendidos. Passam-se recibos, muitos dos quais, "frios". O comprador fica apenas com o recibo. No caso de execução judicial, o comprador não tem direito sobre aquilo que lhe cabe.

Sr. Presidente, sou um grande entusiasta de Brasília. Falo sempre desta tribuna, muitas vezes

incompreendido, mas com a sinceridade de um homem que deseja efetivamente que a Capital seja fixada eternamente aqui como disse o Presidente Castello Branco. Façamos dela uma cidade em que tudo atenda aos superiores interesses do País e às justas reivindicações de todos aquêles que residem aqui.

Agora, reportando-me ao que afirmou o orador que me precedeu na tribuna sobre as maravilhas do Parque do Gama, é indispensável que o Prefeito de Brasília ou o Presidente da República — não sei de quem é a iniciativa — tome desde logo providência no sentido de fazer com que aquêles maravilhosos parques onde a natureza é pródiga em manifestações de beleza passe a figurar como um centro de turismo.

Por que a Prefeitura ou o próprio Governo Federal, através do Serviço de Turismo, não constrói um hotel de turismo no Gama? Aquilo é alguma coisa de maravilhoso. Conheço no meu Estado locais maravilhosos, mas confesso que, a não ser o Salto do Caracol, lá não existe, em matéria de natureza, panorama tão belo, intraduzível em palavras.

O Sr. Antônio Feliciano — Deputado Antônio Brisolin. V. Exa. objetiva um problema que está na preocupação de todos: engrandecimento de Brasília, a capital de nosso País. Tive oportunidade, Sr. Presidente, de exercer a administração municipal de Santos por duas vezes. O Poder Público é a grande força de propulsão, mas não é possível se esquecer a iniciativa particular. E não vejo em Brasília nenhum propósito dos responsáveis pela sua administração de chamar o concurso da iniciativa particular. Ao contrário, todos clamam por uma série de dificuldades tôdas as vezes que buscam fixar aqui uma cooperação particular. Vê V. Exa. como se construiu Brasília. Vê V. Exa. o esquema das habilitações de Brasília. Tôdas com a mesma fisionomia, com o mesmo tamanho, com a mes-

ma monotonia, sem qualquer atração de arquitetura, embelezamento. Plantou-se em Brasília — não sei por que, não sei com que objetivo — uma série de coisas que não sei se o tempo conseguirá modificar. O eminente prefeito, que dirige Brasília, grande autoridade em matéria de urbanismo, precisa fraternizar aos seus conhecimentos a prática, o objetivismo chamar os particulares para Brasília, facilitar as firmas as construções, enfim, dar a Brasília um pouco de movimento. V. Exa. fala, agora de turismo em Brasília. Brasília tem coisas naturais magnificas. Mas como é possível facilitar o turismo interno, já não digo o externo, com os preços proibitivos das passagens de avião? Hoje, uma passagem de ida e volta São Paulo — Brasília vai a mais de 100 mil cruzeiros. Como se pode pensar em turismo com esses preços das passagens aéreas? Os aviões viajam vazios. Ontem, vim de São Paulo e a metade do avião vinha vazio. Não sei dos aparelhos que fazem a ligação desta cidade com outros pontos do território brasileiro. E' preciso facilitar a condução para o turista. E' preciso despertar a curiosidade pública. Fala-se muito de Brasília. Muita gente quer vir a Brasília, mas não consegue. Vê V. Exa. ilustre Deputado, que o administrador que o Governo do Presidente Castello Branco designou, alta autoridade, precisa verificar o aspecto prático em matéria de administração, municipal. Que chame os particulares, facilite a vinda de particulares. Sei que inúmeras casas comerciais tentaram instalar em Brasília filiais das suas organizações e não conseguiram, pelas dificuldades da NOVACAP. Quem estabelece essas dificuldades não quer o concurso dos particulares. Sem o concurso do particular Brasília seria isto eternamente isto: uma cidade sem encantamento, uma cidade sem alma, uma cidade sem possibilidades de atração afluente e não chamando o concurso da iniciativa particular para o seu desenvolvimento. Clama-se

contra os que permanecem aqui pouco tempo no cumprimento de suas obrigações, no cumprimento dos seus deveres parlamentares. Propicie o Governo meios de atração para as famílias que se congregam aqui, e Brasília caminhará para o futuro, não como agora vai caminhando, como uma sombra empurrada por uma força desconhecida. (*Muito bem*).

O SR. ANTÔNIO BRISOLIN — *Agradeço o aparte do eminente colega e grande amigo. Ouvi em Sua Excelência não apenas o parlamentar talentoso e brilhante, mas, sobretudo, o administrador experiente, pois S. Exa. por duas vezes exerceu a Prefeitura de Santos, onde pôde demonstrar seu talento, sua cultura e um cabedal de conhecimentos práticos verdadeiramente admirável. Dou toda razão a Sua Excelência no que se refere às dificuldades de acesso a Brasília. Foi por isso precisamente que, numa noite da semana passada, quando, desta tribuna, examinei os problemas de Brasília, aplaudi a iniciativa do Sr. Prefeito e do Sr. Presidente da República, de acelerar a conclusão da rede ferroviária que fará a ligação de Brasília. Tenho absoluta certeza de que, no momento em que for concluída essa obra, Brasília terá alma nova, e, então, muita gente disporá de condições para visitar esta maravilhosa cidade.*

Sr. Presidente e Srs. Deputados, com estas palavras, *concluo minha modesta oração de hoje. Prometo aqui voltar quantas vezes se fizerem necessárias, sempre com o mesmo objetivo de aplaudir todos aqueles que se empenham na solução dos problemas fundamentais de Brasília, porque esta não é apenas a nossa cidade, mas a Capital de todo o Brasil. Nós, Deputados de todos os recantos de nossa Pátria, temos obrigação de trabalhar para que a Capital Federal cresça e resolva seus problemas fundamentais. No dia em que conseguirmos isso, teremos prestado ao nosso País um grande serviço, que repercutirá inclusive no estrangeiro.*

Antes de deixar esta tribuna, Sr. Presidente, vou ler, para que fique nos Anais da Câmara, uma carta dirigida ao Deputado José Mandelli pelo seu irmão Luiz Mandelli:

“Pôrto Alegre, 26 de junho de 1964.

Prezado José.

Saúde.

Recebi tua carta de 11, com bastante atraso, pois só hoje aqui chegou. Grato pelas informações e também pelas providências que tomaste. Acho realmente difícil a rejeição do projeto 1.209-63, porém tudo faremos para que o Senado examine melhor a matéria.

Confirmo meu telegrama de hoje nos seguintes termos:

“Mauro preso domingo Erechim, enviado Pôrto Alegre onde está recolhido Terceiro Batalhão da Brigada. Acusação de desacato ao comandante da Força volante Brigada. Gestionei junto Governo do Estado sua libertação, porém, condições impostas Gonçalves inaceitáveis, hoje impetraremos “habeas corpus”, desnecessária tua vinda pois estamos prestando toda assistência sendo bem tratado no quartel. Tenho mantido contato Erechim onde tudo bem. Telegrafarei novidades”.

No domingo (dia 21) à tarde o Mauro foi procurar o Coronel Gonçalves para que um preso (pela polícia civil) fosse libertado. Tratava-se de um amigo do Mauro e o motivo da prisão parece ser fútil. Na palestra do Mauro com o Coronel aquele perguntou quando seria libertado o Franklin (que não conheço nem sei quem é). O Coronel respondeu que não tinha que dar satisfações e o Mauro retrucou que estava lá na qualidade de cidadão e que, por isso, exigia um tratamento com urbanidade. Houve troca de palavras ásperas (mas

102.<sup>a</sup> SESSÃO, EM 1.<sup>o</sup> DE JULHO DE 1964

467

não ofensivas) quando o Coronel disse que o prenderia por desacato, pois estava sendo impertinente. Disse que o prenderia e prendeu. Quando era conduzido para dentro do acantonamento (o fato deu-se no hall do clube contíguo ao acantonamento da força volante) o Mauro pediu aos civis que estavam por perto que avisassem a família do Deputado Mandelli que o Mauro estava sendo prêso pelo Coronel Gonçalino, o que irritou o militar. Lavrou um flagrante de DESACATO, no qual procurou envolver o nome do tal Franklin e também o teu. Para evitar agitações enviou o Mauro para Pôrto Alegre, acompanhado de duas praças e um oficial. Foi recolhido ao 3.<sup>o</sup> Batalhão, na praia de Belas, onde é bem tratado, sendo permitidas as visitas.

Na segunda-feira cêdo fui informado pelo Mário. Tratei de localizar o Mauro, o que foi uma grande dificuldade, pois a Polícia Civil de nada sabia. À noite, soube que estava numa Unidade da Brigada e que seria ouvido no dia seguinte, terça-feira. Na terça, obtive autorização para visitá-lo e de lá para cá o tenho visitado todos os dias. Avisei o Heuser que, imediatamente procurou saber tudo da ocorrência, tendo êle, também, visitado o Mauro. O Secretário do Interior e Justiça prometeu conversar com o Governador (o que realmente fez) prometendo-me uma solução para a quarta-feira. Houve embromação, chamaram a Pôrto Alegre o Gonçalino e quarta-feira à noite, comparei a uma reunião em Palácio, onde estavam o Coronel Gonçalino, o Coronel Raul (chefe do Estado-Maior da Brigada) e o Coronel Pacheco. Mostraram-se interessados em encerrar o incidente, quando eu pedi-lhes que simplesmente relaxassem a prisão e que

eu me responsabilizaria pela sua apresentação à justiça Militar (da Brigada) se fôsse o caso. Pediram-me uma carta (a ser escrita pelo Mauro) explicando o porque de sua interferência. Falei então de uma carta, encerrando o episódio, porém, de maneira honrosa para ambas as partes e não um documento onde um dos lados tivesse de se humilhar. Sugeri mais ou menos o que poderia o Mauro escrever. O Coronel Gonçalino quis termos mais amplos, em que houvesse referências ao Franklin, ao teu nome, qual a ligação entre ambos etc. Fui ao Batalhão (cêrca de 22.30 horas) e expus o caso ao Mauro, dando-lhe a mais ampla liberdade de escolher. Pensou no assunto e decidiu não escrever carta nenhuma (no que acho que fez muito bem). Avisei o Heuser do ocorrido e também o Brossard que me aconselhou procurasse um advogado para impetrar *habeas corpus*. O Heuser tomou a si êsse encargo. Ontem pela manhã, cêdo, dei resposta ao Coronel Pacheco, fazendo-lhe ver que se o assunto tivesse implicações políticas a mim não cabia a responsabilidade pois que fiz tudo o que era possível para resolver o assunto amistosamente, transigindo até demais. A Bancada do PTB através do seu líder protestou enêrgicamente na Assemblêia e decidiu que, enquanto o Governo do Estado não demonstrasse com fatos concretos sua intenção de pacificar os ânimos, o partido estaria numa linha de oposição "dura" ao Governo. O Secretário do Interior e Justiça e o próprio líder da maioria na Assemblêia estavam realmente interessados em que o incidente se encerrasse com a libertação do Mauro, sem maiores formalidades, porém, parece que o peso do Coronel Pacheco, Coronel Gonçalino

etc., foi maior. O auto de prisão em flagrante foi enviado ontem a tarde para Santa Maria, onde se localiza a Segunda Auditoria Militar. O Heuser providenciou um advogado para acompanhar o andamento do feito lá. Aqui o advogado é o Dr. Alter Cintra de Oliveira e em Santa Maria o Advogado Grossmann (não sei o primeiro nome).

Na minha opinião não há crime nenhum a punir e o flagrante será arquivado pura e simplesmente.

As possíveis implicações políticas não sei quais serão.

O MTR já se pronunciou na Assembléia verberando o Coronel Gonçalino. O PTB todo está magoado e irritado com o fato, que mereceu ampla divulgação nos jornais pelas referências que sobre o assunto foram feitas na tribuna da Assembléia. O assunto "carta" para encerrar o incidente não veio a público.

Acho que não deve vir. Estamos prestando ao Mauro toda a assistência possível e a tua presença em nada modificará o assunto.

Encerro porque tenho de ir correndo ao aeroporto entregar esta carta ao Galyant que será o seu portador.

Um grande abraço, extensivo à Clélia, do mano *Luiz Mandelli*.

Era o que desejava dizer. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

**O SR. ARRUDA CÂMARA** — Sr. Presidente, infelizmente não participo do entusiasmo e do otimismo cômico do nobre Deputado que me antecedeu. Não vejo em Brasília esta oitava maravilha do mundo, cheia de panoramas os mais deslumbrantes da Nação brasileira. Antes, vejo que ela continua aquilo que V. Exa. definiu há algum tempo: "uma galatéia de concreto, sem vida e sem alma". Se

lançarmos os olhos em volta de nós, convencemo-nos de que isto não é mais do que uma charneca. Cidade onde não há vida animal; nem os urubus agüentam com o clima de Brasília. No reino animal irracional, vêm-se aqui, apenas ratos, baratas e cobras. Os últimos índios, com medo de se extinguir sua tribo daqui zarparam. Fomos para aqui trazidos em nome do desenvolvimento do Interior do País e de uma antiga estratégia, ainda do tempo dos inícios da República, que procurava colocar a Capital longe do alcance da artilharia pesada.

Em todo caso, Sr. Presidente, Brasília está construída. Aqui estão os Poderes da República e seus representantes; isto é, parte desses Poderes: o Judiciário, o Legislativo e as cabeças do Executivo. Procuramos um Ministro, não o encontramos. Procuramos um Presidente de República, e no princípio e no fim da semana não encontramos, o Supremo Magistrado. Procuramos processos sobre os quais temos incumbência dada pelo povo, e não encontramos os processos. Ora estão em Brasília, ora no Rio de Janeiro, e é a coisa mais difícil do mundo um Deputado dar conta exatamente de suas tarefas, que não se reduzam simplesmente aos trabalhos de Comissão e à oratória destas tribunas. Cidade colocada a mais de mil metros não acima do nível do mar, sem oxigênio, sem árvores, sem matas, não pode ser uma cidade salubre. O dever, dos responsáveis pelos destinos desta Capital, deve ser evitar que se continuem a derrubar as poucas matas que ainda restam.

*O Sr. Breno da Silveira* — Muito bem!

**O SR. ARRUDA CÂMARA** — E que se faça a arborização intensiva, para que ao menos haja aqui o oxigênio necessário à renovação do ar e à manutenção da vida.

*O Sr. Wilson Roriz* — Nobre Deputado Monsenhor Arruda Câmara, há algum tempo, quando se discutia a situação topográfica, ou